

NIVELAMENTO CONCEITUAL EM EPT PARA DOCENTES DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE MINAS GERAIS: UMA PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO DOCENTE

Capacitação para docentes desenvolvida como parte da Dissertação de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Autora:

Daniela Ferreira de Souza

Orientadora:

Prof^a. Dra. Edivânia Maria Gourete Duarte



O Produto Educacional apresentado é resultado da pesquisa intitulada *Perfil e formação docente na Rede Estadual de Educação Profissional da Superintendência Regional de Ensino de Leopoldina/MG*. Constitui-se em uma Capacitação para os docentes que atuam na Rede Estadual de Educação Profissional do Estado de Minas Gerais, na jurisdição da Superintendência Regional de Ensino de Leopoldina.

A Capacitação partiu do interesse dos docentes em adquirir conhecimentos sobre a Rede Estadual de Educação Profissional de Minas Gerais e sobre as Bases Conceituais da Educação Profissional e Tecnológica.

A construção do produto educacional tem como objetivo proporcionar aos docentes a oportunidade de aquisição de conhecimentos acerca da rede em que atuam e das Bases Conceituais da Educação Profissional e Tecnológica, como forma de aperfeiçoamento de suas práticas docentes.

A capacitação foi organizada para ocorrer na forma semipresencial, com o intuito de facilitar a participação dos docentes.

Com carga horária total de 25 horas, inclui um encontro presencial com duração horária de 3 horas e cinco semanas de atividades a distância por meio de um ambiente virtual de aprendizagem, com duração total de 22 horas.

Realização de um encontro presencial em um Polo de Intervenção, uma das escolas ofertantes da EPTNM, com a seguinte programação:

CRONOGRAMA DA ETAPA PRESENCIAL		
HORÁRIO	PROGRAMAÇÃO	BASE TEÓRICA
9h às 9:15 h	Acolhimento dos docentes pela equipe pedagógica da SRE Leopoldina	Elaborado pela equipe pedagógica
9:15 h às 09:45 h	Apresentação da Rede Estadual de Educação Profissional	Documento Orientador para oferta de Cursos Técnicos de Nível Médio. Versão 2017.
9:45 h às 10:15 h	Dualidade Histórica entre Educação Básica e Educação Profissional	MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração.
10:15 h às 11:15 h	Articulação entre conhecimento geral e conhecimento técnico	SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.
11:15 h às 12 h	Treinamento para utilização do <i>Google</i> Sala de Aula	Tutorial elaborado pela equipe pedagógica

Utilização de um ambiente virtual de aprendizagem, o *Google Sala de Aula*. O *Google Sala de Aula* é um recurso de aprendizagem desenvolvido para ajudar docentes e escolas. É um pacote gratuito e consiste em uma ferramenta que permite a criação de turmas para compartilhamento virtual de documentos e informações.

A figura abaixo demonstra a turma criada no *Google Sala de Aula* para a Proposta Formativa para Docentes da Rede Estadual de Educação Profissional de Minas Gerais.



Para criar uma turma no *Google Sala de Aula* devem ser seguidos os seguintes passos:

- 1 - Acesse classroom.google.com através de uma conta de e-mail no Gmail
- 2 - Escolha sua função: “Sou professor”
- 3 - Clique em Adicionar + > Criar turma
- 4 - Digite o nome da turma
- 5 - Clique em criar

O *Google Sala de Aula* gera um código automaticamente, quando é criada uma nova turma. Esse código é utilizado para convidar alunos para a turma. O convite também pode ser feito por *e-mail*. Em ambos os casos, é preferível que o participante tenha uma conta de *e-mail* no Gmail.

Após a criação da turma, é possível adicionar informações e materiais (como planos de aulas, políticas de notas, regras em sala de aula) na página “Sobre” da turma. Você pode editar as informações e adicionar ou remover materiais a qualquer momento.

Também é possível realizar postagens, criar perguntas, criar tarefas e criar avisos na página

Mural da turma.

As atividades a distância envolverão o estudo de conceitos relacionados à Educação Profissional e Tecnológica, conforme a seguinte programação:

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES A DISTÂNCIA			
SEMANA (CH)	CONTEÚDO	BASE TEÓRICA	ATIVIDADE
1 (5)	A Rede Estadual de Educação Profissional de Minas Gerais	Documento Orientador para a oferta de Cursos Técnicos de Nível Médio nas Escolas Estaduais – Versão 2018 (MINAS GERAIS, 2018); Plano Nacional de Educação 2014-2024 (BRASIL, 2014)	Fórum 1
2 (5)	A dualidade entre educação básica e educação profissional e tecnológica.	Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. (MOURA, 2007)	Fórum 2
3 (4)	Trabalho como princípio educativo.	Trabalho como princípio educativo na educação profissional. (TEODORO ; SANTOS, 2011)	Questionário 1
4 (4)	Politecnia.	Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. (MOURA;LIMA FILHO ; SILVA, 2015)	Fórum 3
5 (4)	Os docentes da Educação Profissional.	Os professores da educação profissional: saberes e práticas. (GARIGLIO; BURNIER, 2014)	Fórum 4 e Avaliação da Capacitação

A expectativa é que essa Proposta de Capacitação contribua para o contato dos docentes com as Bases Conceituais da Educação Profissional e Tecnológica, como forma de reflexão e melhoria de suas práticas pedagógicas. Além disso, a Proposta poderá ser utilizada por outras Superintendências Regionais de Ensino no estado de Minas Gerais, em cuja jurisdição seja oferecida a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como, dada a rotatividade dos profissionais que atuam na EPTNM, ser oferecida a cada novo módulo dos cursos técnicos.

A reprodução do conteúdo deste Produto Educacional fica autorizada, desde que sejam respeitadas as normas de citação.



**NIVELAMENTO CONCEITUAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA PARA DOCENTES DA REDE
ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

MATERIAL DIDÁTICO



MATERIAL DIDÁTICO



Nivelamento Conceitual em Educação Profissional e Tecnológica para docentes da Rede Estadual de Educação Profissional

Daniela Ferreira de Souza

**Leopoldina (MG)
2018**



Apresentação

Caros docentes,

É com prazer que apresentamos o Material Didático que nos acompanhará ao longo da Capacitação: Nivelamento conceitual em Educação Profissional e Tecnológica para docentes da Rede Estadual de Educação Profissional de Minas Gerais.

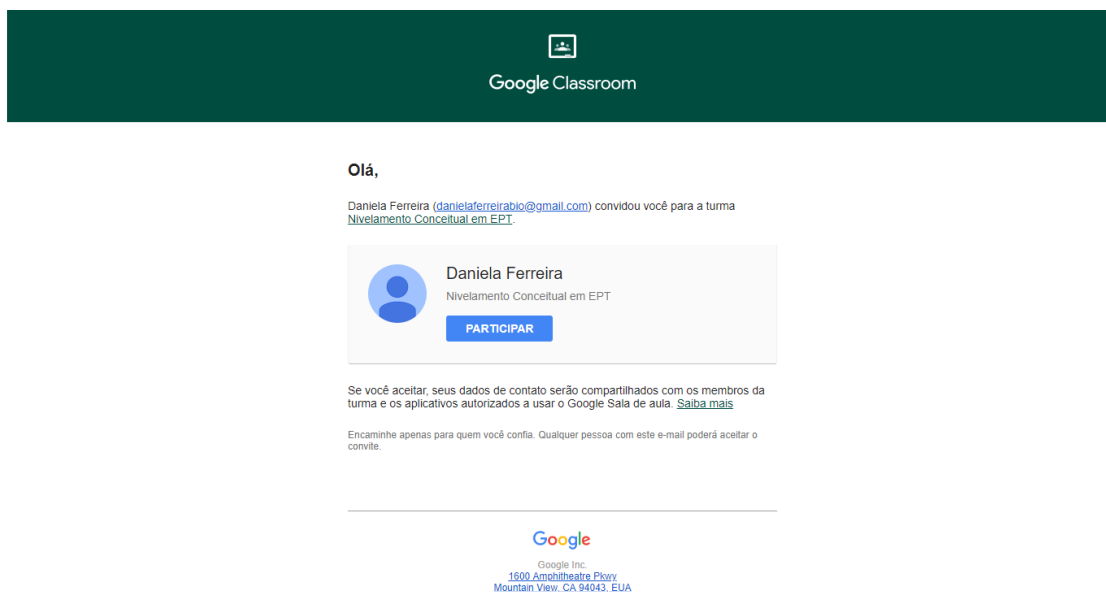
Este material foi elaborado com toda a dedicação que os docentes merecem e procura apresentar a Rede Estadual de Educação Profissional e as Bases Conceituais da Educação Profissional e Tecnológica.

Como sala de aula, teremos o nosso ambiente virtual de aprendizagem, o *Google Sala de Aula*.

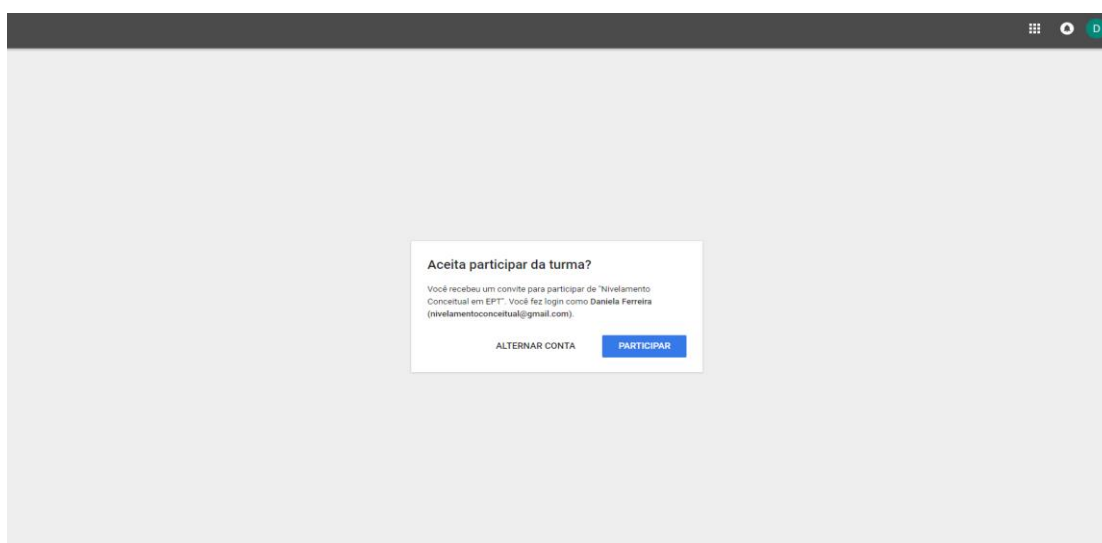
Esperamos que os estudos sejam de grande proveito!

Tutorial para uso do ambiente virtual de aprendizagem

- 1) O participante recebe o convite em sua conta de e-mail.

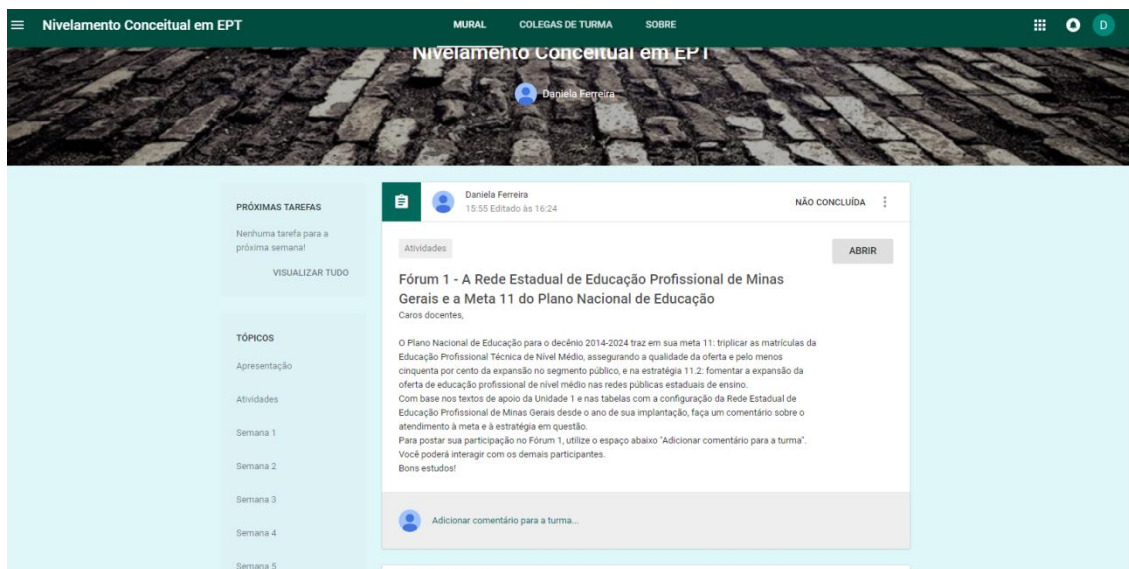


- 2) Após clicar em participar, aparecerá a seguinte tela:

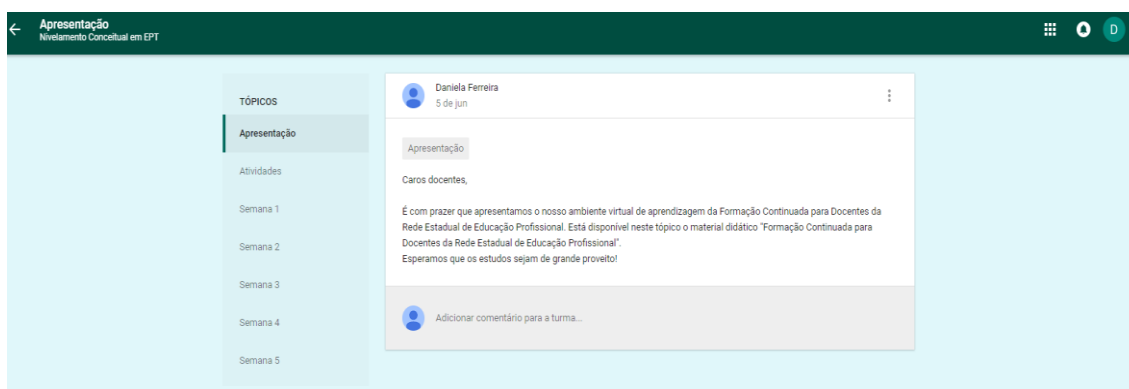


É o aceite para participar da turma. Clique em participar.

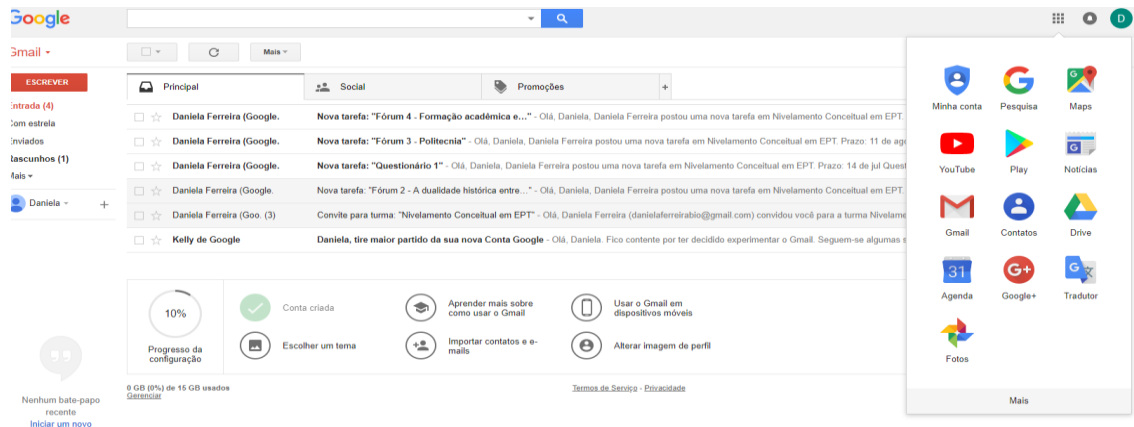
3) Pronto! Você já está no *Google Sala de Aula*. Daqui em diante você pode explorar o ambiente.



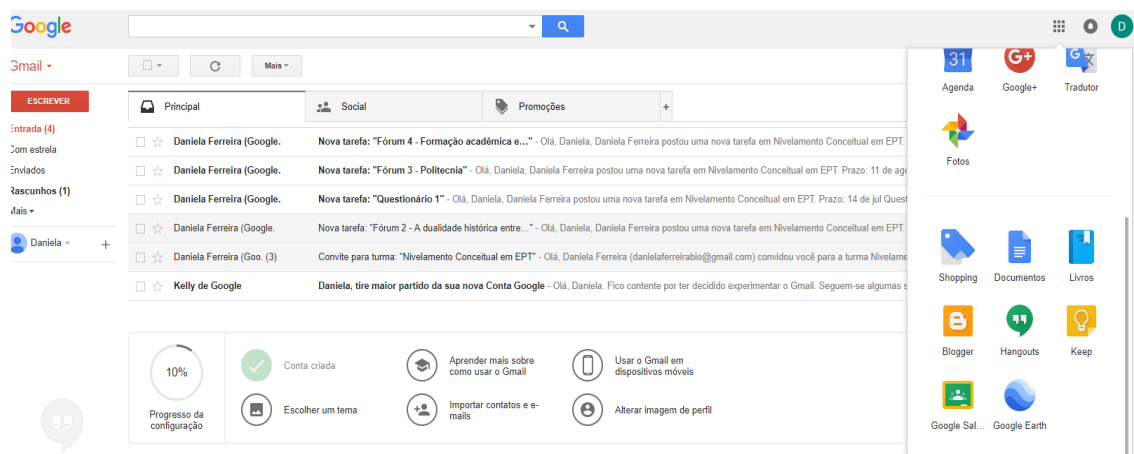
4) Ao clicar no tópico “Apresentação” aparecerá a tela de mensagem de boas vindas. Neste tópico estará anexado o Material Didático da capacitação, bem como materiais complementares.



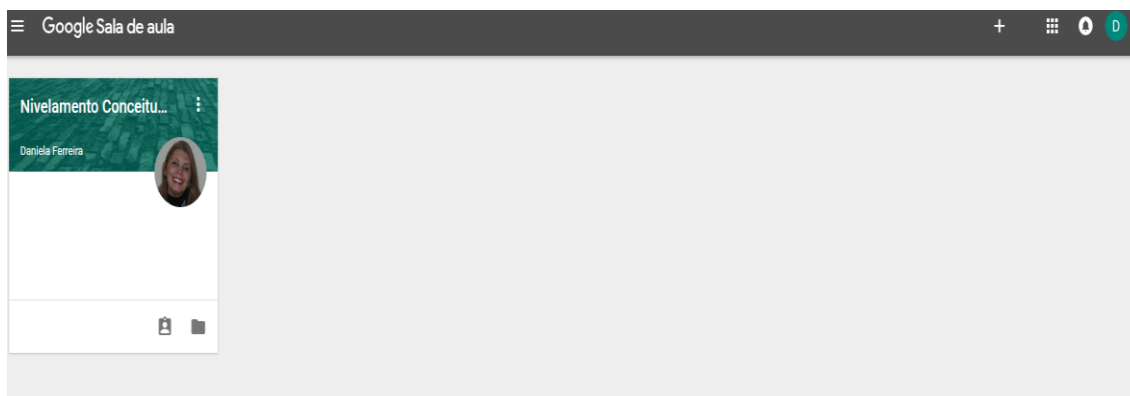
5) Ao sair do Google Sala de Aula e depois acessar novamente, basta entrar no seu e-mail normalmente. Clicar nos 9 quadradinhos do canto superior direito.



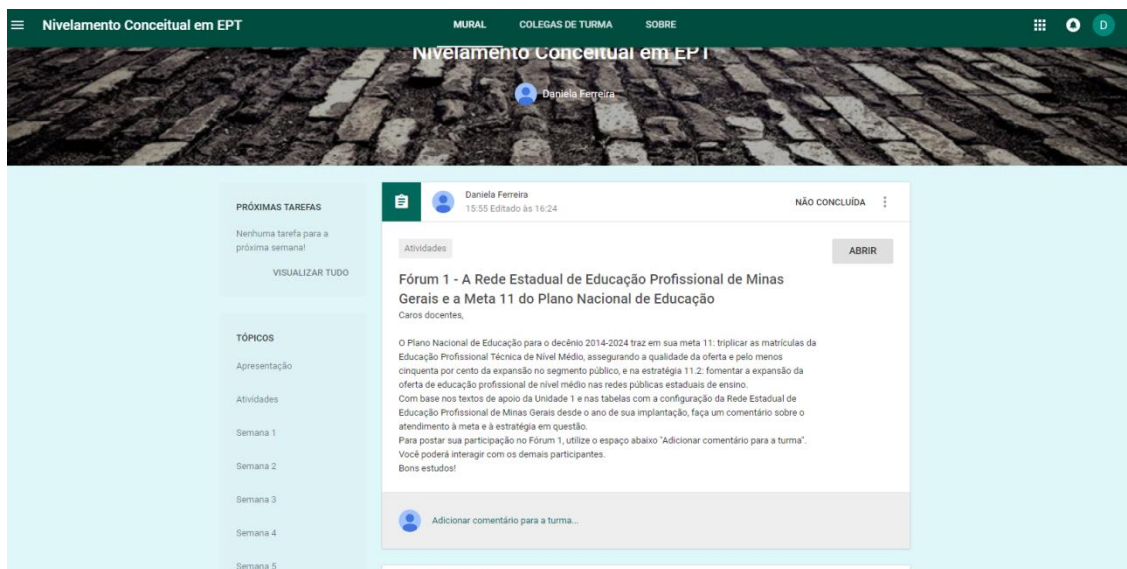
6) Depois clicar em “mais” e depois clicar em “Google Sala de Aula” ou “Class Room”.



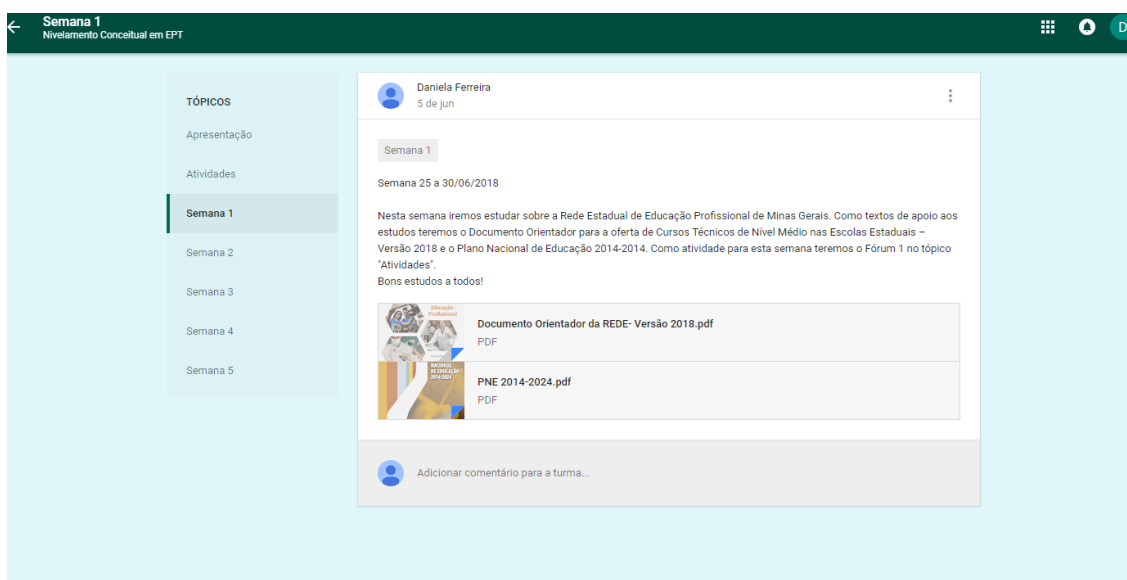
7) Clique em “Nivelamento Conceitual” para entrar.



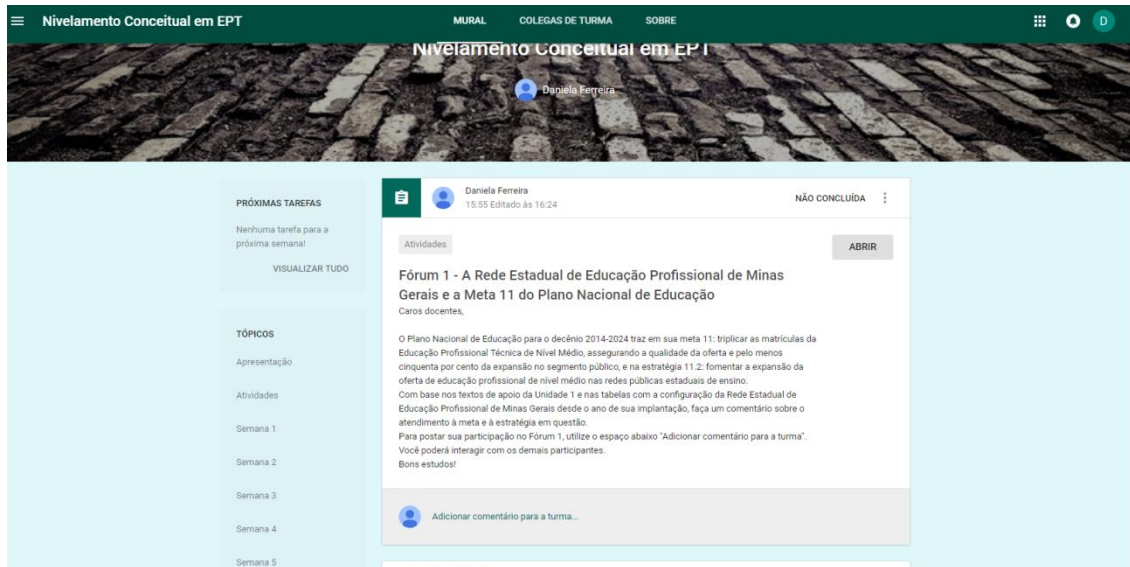
8) Pronto! Você está novamente no *Google Sala de Aula*. As atividades a distância têm início na Semana 1. Clique nela!



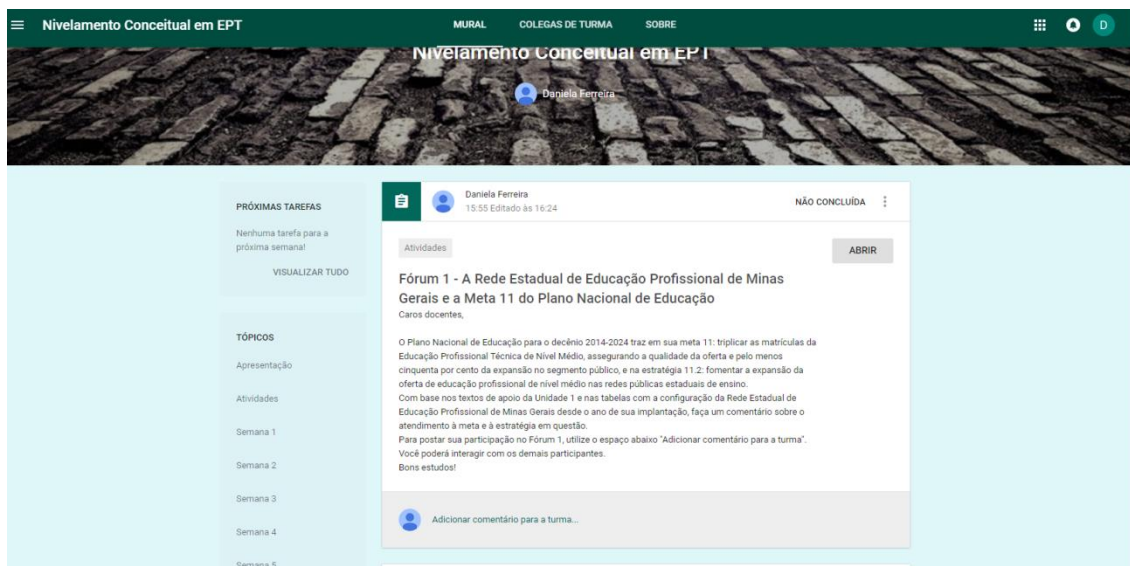
9) Ao clicar na Semana 1 abrirá o tópico referente à mesma, com orientações para os estudos e textos de apoio para a atividade da semana.



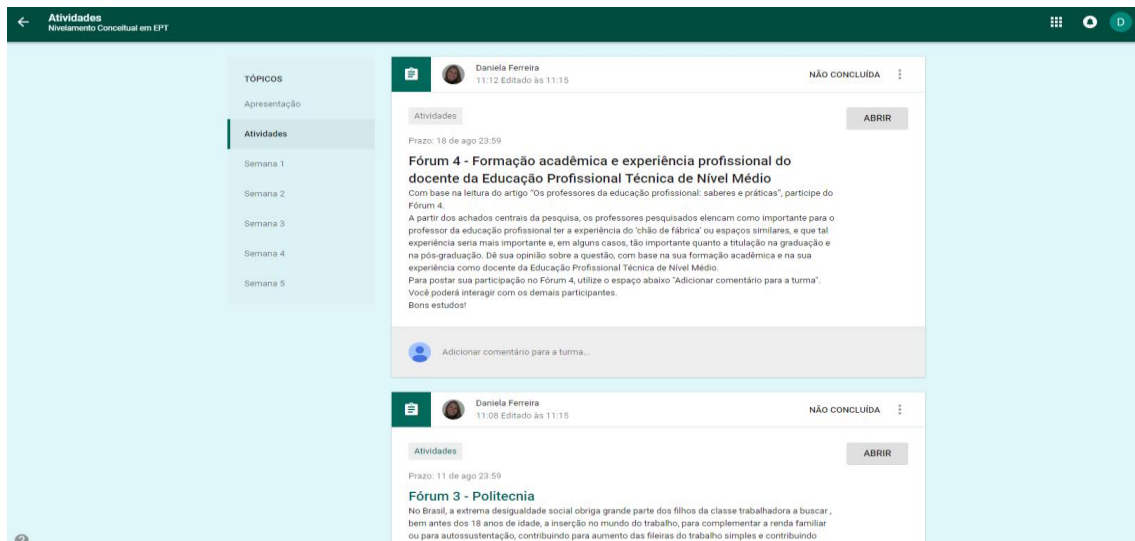
10) Para acessar as próximas semanas, repita o processo nas respectivas semanas.



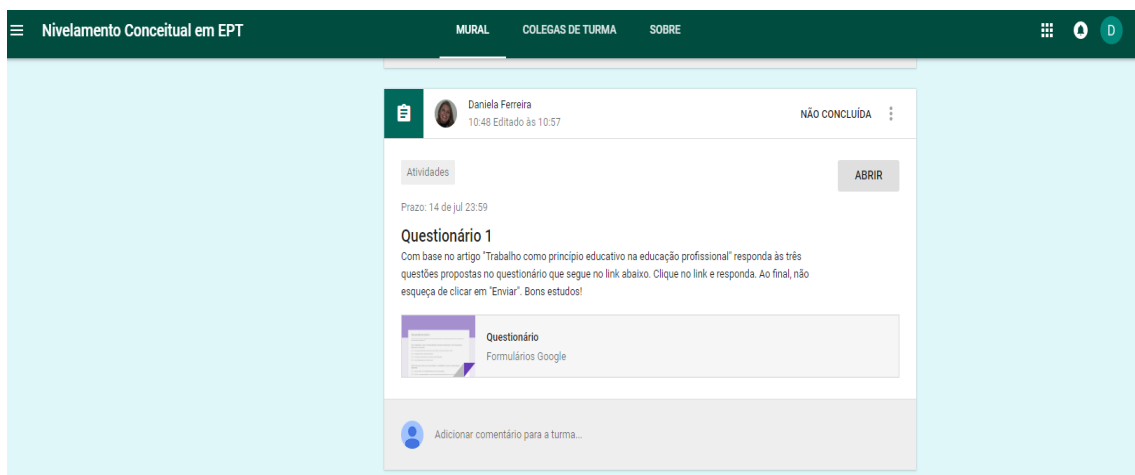
11) Para ter acesso às atividades propostas, clique no tópico “Atividades”



12) Para realizar as atividades “Fórum” basta digitar sua participação em “Adicionar comentário para a turma”



13) Para realizar a atividade “Questionário” basta clicar no link “Questionário 1”



14) Abrirá uma página com o questionário *online* do *Google Drive*. Você deve respondê-lo. Não se esqueça de clicar em “enviar” quando terminar.

The screenshot shows a questionnaire titled "Questionário" on a purple background. The text reads: "Com base no artigo 'Trabalho como princípio educativo na educação profissional' responda às três questões propostas." The first question is "Do trabalho como intercâmbio entre natureza e ser humano decorre, exceto:" with four radio button options: "Produção de bens de que o homem necessita para viver", "Geração de conhecimentos", "Compra do tempo e da força de trabalho", and "Constituição da vida social". The second question is "São formas de se concretizar o trabalho como educativo, exceto:" with four radio button options: "Se ele não for entendido como emprego.", "Se for compreendido como base estruturante de um novo tipo de ser.", "Se estabelecer relação entre a satisfação das necessidades biológicas e a liberdade implícita nos atos humanos para satisfazê-las.", and "Se for compreendido meramente como condição de sobrevivência".

15) Ao final da capacitação vocês serão convidados a responderem um questionário de avaliação da capacitação. No tópico “Encerramento” clique no link para o questionário.

The screenshot shows an evaluation questionnaire titled "Avaliação da Capacitação" on a purple background. The text reads: "Descrição do formulário". The first question is "A capacitação atingiu seu objetivo?" with three radio button options: "Sim", "Parcialmente", and "Não". The second question is "O programa estabelecido foi desenvolvido?" with three radio button options: "Sim", "Parcialmente", and "Não". The third question is "A abordagem do mediador no encontro presencial foi adequada?" with one visible radio button option: "Sim".

Agora que você já sabe como utilizar o ambiente virtual de aprendizagem, mãos a obra!



Semana 1

A Rede Estadual de Educação Profissional de Minas Gerais – REDE

A Rede Estadual de Educação Profissional é uma iniciativa da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, que busca ampliar a oferta de cursos técnicos nas Escolas da Rede Estadual, contribuindo para a profissionalização dos jovens com vistas à participação como cidadão no mundo do trabalho. A proposta de ampliação é consonante à Meta 11 do Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024 – Lei 13.005/2014.

Os Cursos de Educação Profissional desenvolvem-se de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução CNE/CEB nº 06/2012) e com as Normas Complementares e Operacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais (Resolução CEE/MG nº 458/2013).

Tem como público alvo estudantes do ensino médio da rede estadual, inclusive da educação de jovens e adultos; e jovens e adultos que já concluíram o ensino médio, em qualquer rede de ensino.

As turmas podem formar-se de três maneiras: concomitantes, subsequentes e mistas.

Para todo o estado de Minas Gerais a previsão de atendimento desde a implantação da REDE é a seguinte:

ANO	VAGAS
2016	20.000
2017	40.000
2018	45.000
TOTAL	105.000

Fonte: Elaborado pela autora

A oferta de cursos segue as orientações e diretrizes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNTC – 3ª Edição) e em 2018 conta com a oferta de 34 cursos técnicos divididos em dez eixos tecnológicos. A Rede Estadual de Educação Profissional na jurisdição da SRE Leopoldina apresenta a seguinte configuração, desde o ano de sua implantação:

PERÍODO	MUNICÍPIO	ESCOLAS	TURMAS
2º semestre de 2016 e 1º semestre de 2017	Cataguases	01	05
	Leopoldina	01	04
TOTAL DE ESCOLAS/TURMAS		02	09
2º semestre de 2017 e 1º semestre de 2018	Além Paraíba	01	04
	Cataguases	02	15
	Leopoldina	01	12
TOTAL DE ESCOLAS/TURMAS		04	31
2º semestre de 2018	Além Paraíba	02	04
	Cataguases	02	11
	Itamarati de Minas	01	01
	Leopoldina	02	11
	Recreio	01	02
TOTAL DE ESCOLAS/TURMAS		08	29

Fonte: Elaborado pela autora



Para saber mais sobre a Rede Estadual de Educação Profissional consulte o Documento Orientador para a oferta de Cursos Técnicos de Nível Médio nas Escolas Estaduais – Versão 2018, disponível em nosso ambiente virtual de aprendizagem, o *Google Sala de Aula*.



Atividade – Fórum 1

O Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024 traz em sua meta 11: triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos cinquenta por cento da expansão no segmento público, e na estratégia 11.2: fomentar a expansão da oferta de educação profissional de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino. A partir desta informação e com base nos textos de apoio da Semana 1 e nas tabelas com a configuração da Rede Estadual de Educação Profissional de Minas Gerais desde o ano de sua implantação, que constam neste material didático, faça um comentário no nosso ambiente virtual de aprendizagem sobre o atendimento à meta e à estratégia em questão, bem como sobre sua percepção sobre a qualidade da oferta.

Semana 2

Dualidade entre educação básica e educação profissional

Historicamente, a educação profissional assume um caráter de formação de mão-de-obra, sendo direcionada aos filhos das classes mais populares, enquanto a educação básica, também denominada propedêutica, ou seja, uma preparação para estudos mais desenvolvidos, destinada à formação das classes mais abastadas.

Até o século XIX não existem registros de ações organizadas que, na atualidade, possam ser assinaladas como concernentes à educação profissional. O que existia até então era a educação voltada para a formação dos futuros dirigentes, pertencentes às elites e, desta forma, o acesso à educação era veladamente negado aos demais.



Fonte: <http://diegonovaes.blogspot.com/2010/11/ufrj-elitista.html>

Educação Profissional na linha do tempo

Os primórdios do que hoje pode ser considerada educação profissional surgiram no ano de 1809, com a criação do Colégio das Fábricas, por meio da promulgação de um decreto de D. João VI, então Príncipe Regente.

À criação do Colégio das Fábricas seguiram diversas outras escolas de ofícios, todas de caráter assistencialista e destinadas a impedir que os ditos

desvalidos de sorte pudessem praticar ações contrárias à moral e aos bons costumes, a saber:

- 1816: criação da Escola de Belas Artes, que articulava o ensino da ciência e do desenho para os trabalhos a serem desenvolvidos em oficinas mecânicas;
- No ano de 1840: criação de dez Casas de Educandos e Artífices em capitais do Brasil, sendo a primeira em Belém;
- 1854: criação de estabelecimentos especiais para menores abandonados, denominados Asilo da Infância dos Meninos Desvalidos, para ensinar as primeiras letras e ofícios, como tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros, além de encaminhar os egressos para oficinas públicas e particulares;



Fonte: http://www.editora.vrc.puc-rio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf

- 1861: criação do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, objetivando capacitação de pessoal para o trabalho nas secretarias de Estado;



Fonte: <http://www.harpyaleiloes.com.br/peca.asp?ID=414972>

- De 1858 a 1886: criação de diversas sociedades civis, a fim de amparar crianças órfãs e abandonadas, propiciando-lhes uma base teórica e prática, com iniciação ao ensino industrial. Destacam-se entre estas os Liceus de Artes e Ofícios de diversas cidades (Rio de Janeiro – 1858, Salvador – 1872, Recife – 1880, São Paulo 1882, Maceió – 1884 e Ouro Preto – 1886).

Diante do exposto, infere-se que, no Brasil, a educação profissional teve origem dentro de um panorama assistencialista para aqueles com condições sociais insatisfatórias, totalmente conforme à sociedade escravocrata originada pela coroa portuguesa.

Uma novidade para a educação profissional do Brasil foi introduzida no início do século XX, pelo empenho público em organizar a formação profissional, alterando da preocupação em dar assistência, para a preparação de operários para o ofício profissional. Desta forma, no ano de 1906, o ensino profissional passou a ser encargo do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, na busca da preparação de trabalhadores para estes três setores da economia.

Em 1910 foram instaladas dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, em várias unidades da federação. Tais escolas destinavam-se aos pobres e humildes, com ensino industrial e financiadas pelo Estado Brasileiro. Ainda

em 1910, com o objetivo de capacitação de capatazes, administradores e chefes de cultura, o ensino agrícola foi organizado. Tanto a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, quanto a organização do ensino agrícola tiveram como objetivo o atendimento às necessidades produtivas dos setores da agricultura e da indústria.



Fonte: <http://portal1.iff.edu.br/conheca-o-iff/Fluminense/galeria-de-fotos-do-historico/escola-de-aprendizes-e-artifices.jpg/view>

A década de 1930 do século XX foi marcada pela estruturação da educação brasileira de forma dual, com distinção entre a educação destinada aos filhos das elites e aquela destinada aos filhos dos trabalhadores, o que acontecia desde o curso primário. Abaixo, uma síntese de como a educação básica estruturava-se à época:

- Curso primário com duração de quatro anos destinado àqueles que almejavam a educação superior e, como alternativa, para as crianças das classes mais populares, curso rural ou profissional.
- Como sucessão ao curso primário: o ginásial, com duração de seis anos; o normal, precedido de dois anos de adaptação; ou o comercial, precedido de três anos de curso propedêutico. No entanto, para os egressos do curso rural seguia, compulsoriamente, o curso básico agrícola e, para os egressos do curso profissional, seguia o curso complementar, ambos com duração de dois

anos.

Somente os concluintes da 5ª série do ginásial prosseguiram os estudos de nível superior e, concluindo a 6ª série do ginásial, recebiam o título de Bacharel em Ciências e Letras. À época não existia o que chamamos hoje de ensino médio, sendo a mediação entre o ginásial e o ensino superior por meio de exames e estudos livres.

Transformações importantes na economia e na política ocorreram nas décadas de 30 e 40 do século XX, as quais tiveram impacto na educação, destacando-se alguns fatos importantes:

- Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1930) e do Conselho Nacional de Educação (1931), com reforma educacional, por meio de Decretos que organizaram o ensino secundário e o ensino comercial, e regulamentação da profissão de contador.
- Ocorrência, ainda no contexto anterior, do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assumindo um panorama de escola democrática. No entanto, dividia a educação em duas categorias: uma de caráter mais intelectual (humanidades e ciências) e outra de caráter mecânico e manual (cursos técnicos), percebendo-se, mais uma vez, a marca da dualidade na educação.
- V Conferência Nacional de Educação, em 1933, reforçando a ideia da responsabilidade do Estado com a educação; e a Constituição Brasileira de 1934, estabelecendo competências da União em relação às diretrizes nacionais da educação, o Plano Nacional de Educação e a destinação de recursos para a educação, esta última de forma inédita.
- No período ditatorial da era Vargas, a Constituição de 1937, como retrocesso em relação à de 1934, suprimiu a destinação de recursos para a educação e trouxe, pela primeira vez, “escolas vocacionais e pré-vocacionais” em seu artigo 129, destinadas a preparar os filhos dos operários, uma demanda do processo de industrialização iniciado a partir de 1930, com

exigência de profissionais especializados para o comércio, a indústria e a prestação de serviços.

- Promulgação de diversos Decretos-Lei, normatizando a estrutura da Educação – a denominada Reforma Capanema. Este conjunto de leis ressaltou a importância da educação no Brasil, especialmente a educação profissional, com elaboração de leis específicas para esta área, reafirmando a dualidade, tendo em vista que o acesso ao ensino superior continuava por meio do domínio dos conteúdos gerais, das letras, das ciências e das humanidades, considerados como conhecimentos válidos para formação dos dirigentes

- Criação do SENAI em 1942, do SENAC em 1946 e dos demais integrantes do sistema “S” nas décadas seguintes, mostrando a intenção do governo em transferir à iniciativa privada a atribuição de preparar mão-de-obra, seguindo a lógica da preparação dos filhos de operários para as artes e ofícios e dos filhos das elites no ensino secundário, confirmando, mais uma vez, a dualidade na educação.

- Começa a vigorar em 1961 a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, cuja tramitação teve início em 1948, um período marcado por muita agitação política em torno das questões educacionais, com polarização de interesses. A primeira LDB envolveu todos os níveis e modalidades acadêmicos e profissionais, de forma que tanto os estudantes oriundos do ensino colegial como os do ensino profissional pudessem continuar os estudos no ensino superior. Na teoria, tais modificações tinham por fim acabar com a dualidade educacional, mas, na prática, isso não aconteceu, já que os currículos ficavam a cargo de mantê-la, tendo em vista que os estudos destinados às elites preparavam para o acesso ao ensino superior, enquanto os estudos do ensino profissionalizante foram reduzidos para atender as necessidades imediatas do mercado de trabalho.

- Em 1971, com o país ainda sob o regime ditatorial, ocorreu uma grande

reforma da educação básica, com a promulgação da Lei nº 5692/71 – Lei da Reforma do ensino de 1º e 2º graus, na tentativa de estruturar o ensino médio como profissionalizante para todos. Três aspectos desta reforma foram muito relevantes: 1º) a escolarização de 5ª a 8ª séries do 1º grau passou a integrar a fase inicial dos estudos e não mais o ensino secundário; 2º) a extinção do exame de admissão ao ginásio, que era uma barreira para que os filhos das classes mais populares prosseguissem nos estudos; e 3º) a profissionalização obrigatória no ensino do 2º grau.

O terceiro aspecto configurou-se em uma ação populista, em resposta à demanda das classes populares por acesso a níveis mais elevados de escolarização e, do ponto de vista formal, extinguiu a dualidade entre a educação básica e a educação profissional, ou seja, conforme a Lei, o ensino de 2º grau seria profissionalizante em todas as escolas públicas e privadas do país. No entanto, a prática não seguiu a teoria, e a obrigatoriedade do ensino de 2º grau profissionalizante restringiu-se ao âmbito público – as escolas estaduais e federais, enquanto as escolas privadas, na grande maioria, adotavam os currículos propedêuticos (ciências, letras e artes). Como agravante, o sentido dos currículos oriundos da Lei priorizava a instrumentalização para o mercado de trabalho, em detrimento de uma formação geral para o estudante.

Nos sistemas estaduais propagaram-se os cursos de Técnico em Administração, Técnico em Contabilidade, e Técnico em Secretaria, dentre outros, com rápida saturação do mercado de trabalho, seguida da desvalorização dos egressos daqueles cursos. Nos sistemas federais a realidade foi diferente e os cursos propagados foram aqueles voltados para a indústria, tais como, Técnico em Mecânica, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Mineração, dentre outros, e os profissionais oriundos destes cursos ocupavam cargos em grandes empresas nacionais e internacionais.

- No ano de 1975 ocorreu a flexibilização da Lei nº 5692/71, tornando

facultativa a profissionalização em todo o ensino de 2º grau. Assim, ressurgiu a dualidade no âmbito legal, com a oferta da educação propedêutica como principal via de acesso ao ensino superior.

- Após a Constituição Federal de 1988, em 1996, passou a vigorar a nova LDB – Lei nº 9394/1996 que, segundo Ciavatta e Ramos (2005), no seu processo de elaboração faz ressurgir o conflito da dualidade. A nova LDB estruturou a educação básica em dois níveis – educação básica e educação superior. A educação profissional não se enquadrou em nenhum dos dois níveis, ficando em um capítulo à parte, tratada como modalidade. Tal separação – entre educação básica e educação profissional – não é mero acaso, mas sim fruto de um Projeto de Lei (PL 1603), que tramitava no Congresso anteriormente à LDB e, cujo conteúdo separava compulsoriamente o ensino médio da educação profissional.

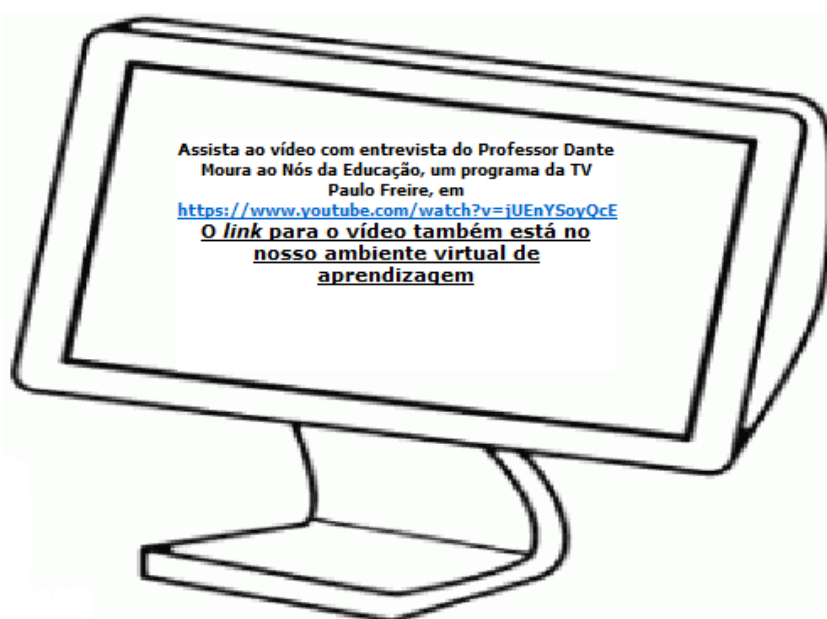
- Em 1997 o conteúdo da PL 1603 foi, praticamente na íntegra, contemplado no Decreto nº 2208/1997, prevalecendo o intento do Governo Federal na separação do ensino médio e da educação profissional. Assim, o ensino médio retoma seu caráter essencialmente propedêutico e os cursos técnicos, compulsoriamente separados do ensino médio, eram oferecidos nas formas concomitante ao ensino médio ou subsequente. A forma concomitante se dava com matrículas e currículos distintos.

- Paralelamente ao Decreto nº 2208/1997, o Governo Federal negociou empréstimo para financiar o Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP que, junto com a reforma da educação profissional, guardava extrema coerência com a lógica neoliberal que o financiou. A função do PROEP era reestruturar a Rede de Educação Profissional e Tecnológica nas questões relacionadas às ofertas educacionais, à gestão e às relações empresariais e comunitárias, no intuito de aumentar a capacidade de autofinanciamento.

Assim, o orçamento das instituições federais de educação tecnológica

foi diminuído paulatinamente, pois a lógica da reforma previa que, ao longo de cinco anos, que era o tempo de duração do Programa, as instituições deveriam se adequar à busca por parcela dos seus orçamentos, com a venda de cursos à sociedade ou outras formas de prestação de serviços. É importante salientar que os critérios de escolha dos projetos institucionais descartavam qualquer proposta que incluísse o ensino médio, contribuindo para a já existente separação entre o ensino médio e a educação profissional.

- Corroborando a essência do PROEP, a Portaria MEC nº 646/1997 limitou a 50% a oferta de vagas para ensino médio nas instituições federais de educação tecnológica, que conciliavam ensino médio e educação profissional. Na prática, essa medida reduziu a oferta de ensino médio no país, atitude evidentemente inconstitucional e que, no entanto, permaneceu até 01/10/2003, quando da revogação do referido instrumento legal. Cabe evidenciar que o objetivo inicial da reforma não era a limitar a 50%, mas eliminar o vínculo dos institutos federais com a educação básica, o que foi impedido pela mobilização ocorrida na Rede Federal (MOURA, 2007).





Para saber mais sobre a dualidade histórica entre educação básica e educação profissional consulte o artigo “Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração”, o Decreto nº 2208/1997 e o Decreto nº 5154/2004, disponíveis em nosso ambiente virtual de aprendizagem, o *Google Sala de Aula*.



Atividade – Fórum 2

No ano de 1996 passou a vigorar a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB – Lei nº 9394/1996, fazendo ressurgir o conflito da dualidade entre educação básica e educação profissional. A LDB estruturou a educação em dois níveis, educação básica e educação superior, ficando a educação profissional enquadrada em um capítulo à parte e tratada como modalidade, o que não foi por acaso, mas sim consequência do Projeto de Lei 1603/1997, que separava compulsoriamente o ensino médio da educação profissional.

O conteúdo do PL 1603 foi contemplado na íntegra no Decreto nº 2208/1997, prevalecendo o intento do Governo Federal na separação do ensino médio e da educação profissional. Moura (2007, p.16) faz uma crítica ao que acontece após vigorar tal instrumento legal. Com base no artigo “Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração”, no Decreto nº 2208/1997 e no Decreto nº 5154/2004, comente no Fórum 2, em nosso ambiente virtual de aprendizagem, sobre a crítica feita por Moura (2007) e sobre as perspectivas para integração a partir do Decreto nº 5154/2004.

Semana 3

Trabalho como princípio educativo

O trabalho como princípio educativo reporta-se diretamente à relação entre trabalho e educação, pelo caráter formativo do trabalho e pela ação de humanização da educação. As discussões acerca do trabalho como princípio educativo se baseiam no fato de que, historicamente, o trabalho é considerado produtor dos meios de vida, tanto no sentido material como no sentido cultural. É importante ponderar que essa produção dos meios de sobrevivência se faz dentro do sistema capitalista, que se mantém pela “compra” do tempo e da força de trabalho.

Nesse contexto surge o questionamento: se para o sistema capitalista o trabalho é alienante, como pode ser voltado para a formação humana?

Tal questionamento foi pivô de inúmeras discussões entre vários autores, que se inclinaram sobre o tema como forma de defender uma educação que não tivesse fins assistenciais, como historicamente se viu, e sim fosse implantada a ideia da educação politécnica, que envolve trabalho, ciência e cultura.

O trabalho como princípio educativo conjectura restaurar a dimensão do conhecimento científico-tecnológico como forma de criticar o modo de trabalho do sistema capitalista.



Para saber mais sobre o trabalho como princípio educativo consulte o artigo “Trabalho como princípio educativo na Educação Profissional”, disponível em nosso ambiente virtual de aprendizagem, o *Google Sala de Aula*



Atividade - Questionário 1

Com base no artigo “Trabalho como princípio educativo na educação profissional” responda às três questões propostas no Questionário 1, no nosso ambiente virtual de aprendizagem.



Fonte: <https://congressoipufri.wordpress.com/category/politecnia/>

Semana 4

Politecnia

O conceito de ‘educação politécnica’ foi delineado inicialmente por Karl Marx, no século XIX, e o termo pode ser entendido em uma concepção marxista de educação. Para compreender em que consistia a educação politécnica para Marx é importante apresentar o seguinte trecho retirado das Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório da Associação Internacional dos Trabalhadores, datada de 1968: “afirmamos que a sociedade não pode permitir que pais e patrões empreguem, no trabalho, crianças e adolescentes, a menos que se combine este trabalho produtivo com a educação.”

A concepção de educação politécnica ficou oculta no Brasil até os anos de 1980, quando foi reintroduzida nos debates educacionais por Dermeval Saviani, que buscou desenvolver uma severa crítica ao especialismo, ao autoritarismo e ao reprodutivismo em educação. Tal reintrodução foi além dos debates teóricos, e deu início ao denominado Curso Técnico de 2º grau da Escola Politécnica Joaquim Venâncio, da Fiocruz, na esperança de pensar um projeto educacional em articulação com um projeto social não excludente, que tivesse o ser humano como centro, e não o mercado de trabalho.

Com a promulgação da Constituição de 1988, iniciaram-se os debates

em torno da LDB, quando Saviani novamente se destacou, com a iniciativa de produzir um texto que, como ele mesmo denominou, era um “início de conversa” para a formulação da nova LDB, destacando os conceitos de formação omnilateral e formação politécnica. Com apoio do Deputado Otávio Elísio, era possível ler no anteprojeto:

Art.35 A educação escolar de 2º grau (...) tem por objetivo geral propiciar aos adolescentes a formação politécnica necessária à compreensão teoria e prática dos fundamentos científicos das múltiplas técnicas utilizadas no processo produtivo.

As discussões sobre concepção de educação politécnica ainda se fazem necessárias na atualidade, como contraposição ao modelo de educação pautado pela divisão social do trabalho.



Para saber mais sobre Politecnia consulte o artigo “Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira”, disponível em nosso ambiente virtual de aprendizagem, o *Google Sala de Aula*.



Atividade – Fórum 3

No Brasil, a extrema desigualdade social obriga grande parte dos filhos da classe trabalhadora a buscar, bem antes dos 18 anos de idade, a inserção no mundo do trabalho, para complementar a renda familiar ou para autossustentação, contribuindo para aumento das fileiras do trabalho simples e contribuindo para valorização do capital.

Com base no artigo “Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira” e na sua experiência como docente na educação profissional, comente no Fórum 3, proposto no tópico Atividades no nosso ambiente virtual de aprendizagem, sobre a desigualdade social e econômica e o perfil dos alunos da educação profissional na sua área de atuação.



Fonte: <http://blog.tiching.com/10-ventajas-educativas-de-que-los-docentes-trabajen-en-equipo/>

Semana 5

Os docentes da Educação Profissional

Mudanças nas práticas educativas constituem condição fundamental para o reconhecimento da formação profissional docente, e a situação não é diferente na Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Uma reflexão dos profissionais sobre suas práticas é necessária para contrapor a corrente de desvalorização profissional do professor e a ideia que o julga como um mero reprodutor de conhecimentos ou instrutor de programas pré-elaborados.

A formação e a capacitação de docentes devem transpor a simples aquisição de técnicas didáticas de propagação de conteúdos para os docentes, não descartando a importância desta. Mas é preciso ultrapassar limites e favorecer a formação no campo de ação das políticas públicas, em especial as educacionais, na tentativa de vencer o vigente modelo social e econômico, com preferência para uma formação mais humanista. Como consequência, o reflexo se daria em mudanças na educação tida como bancária, onde os discentes são considerados reservatórios passivos de conteúdos passados pelo professor.

A formação de docentes para a educação profissional não é algo inédito, no entanto, as tentativas não se trataram de sistemas duráveis e eram estabelecidos para a formação emergencial de docentes para disciplinas especializadas do ensino médio, sem rigor na exigência para atuar como docente na Educação Profissional.

Os profissionais que atuam como docentes na Educação Profissional categorizam-se em três situações, no mínimo: não graduados, principalmente no sistema “S”; graduados que já atuam como docentes, mas não têm formação específica para educação profissional; licenciados para as

disciplinas da Educação Básica. Desta forma, é necessário que esses profissionais tenham uma formação que lhes aproxime das relações entre educação e trabalho, compreendendo o trabalho como princípio educativo.

São necessárias políticas públicas voltadas para a formação inicial e continuada de docentes para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o que é fortalecido pela expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que vem acontecendo desde 2008, e o estabelecimento, no ano de 2016, da Rede Estadual de Educação Profissional de Minas Gerais, iniciativa da Secretaria de Estado de Educação.



Para saber mais sobre formação de docentes consulte o artigo “Os professores da educação profissional: saberes e práticas”, disponível em nosso ambiente virtual de aprendizagem, o *Google Sala de Aula*.



Atividade – Fórum 4

A partir dos achados centrais da pesquisa, os professores pesquisados elencam como importante para o professor da educação profissional ter a experiência do ‘chão de fábrica’ ou espaços similares, e que tal experiência seria mais importante e, em alguns casos, tão importante quanto a titulação na graduação e na pós-graduação. Após leitura do artigo “Os professores da educação profissional: saberes e práticas”, participe do Fórum 4, no nosso ambiente virtual de aprendizagem, dando sua opinião sobre a questão, com base na sua formação acadêmica e na sua experiência como docente da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.



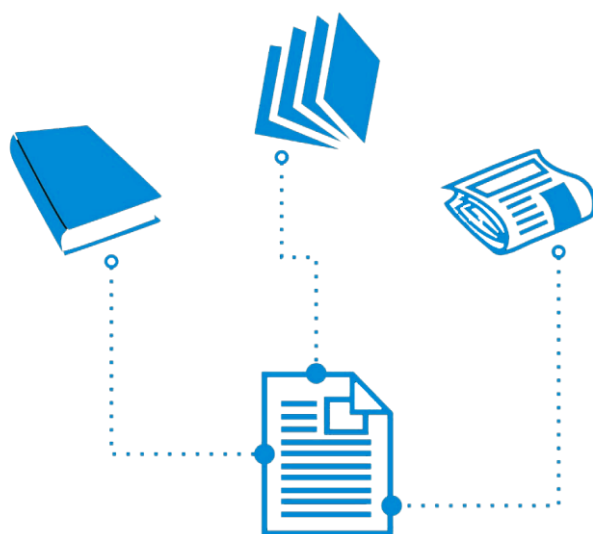
Encerramento

Caros docentes,

Chegamos ao final da nossa Capacitação, que esperamos ter sido rica nas reflexões e discussões. Esperamos que os conhecimentos adquiridos sejam de grande utilidade em suas práticas docentes, para que caminhemos rumo a uma educação libertadora.

Solicitamos que façam a avaliação deste estudo, respondendo ao questionário de Avaliação da Capacitação no nosso ambiente virtual de aprendizagem.

Gratos pela sua participação!



Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 04 nov. 2017.

_____. **Decreto nº 2208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: <http://normativos.confea.org.br/downloads/2208-97.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2017.

_____. **Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejadecreto5154.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2017. BRASIL. **Lei 13.005, de 25 de junho 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014- 2024 e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: DF: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 14 nov. 2017.

BRASIL. **Resolução nº 06 de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Técnica de Nível Médio. **Diário Oficial da União**, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Brasília, DF, 21 set. 2012. Seção 1, p. 22. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=22&data=21/09/2012>. Acesso em: 14 nov. 2017.

MINAS GERAIS. **Resolução nº 458, 31 de outubro de 2013**. Estabelece normas complementares e operacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: Conselho Estadual de Educação, 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Oj7e8MGvZfTweqOIV5-dB9HwHmavoiLA/view>. Acesso em: 18 nov. 2017.

_____. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Rede Estadual de Educação Profissional**: documento orientador para oferta de Cursos Técnicos de Nível Médio versão 2018. Belo Horizonte, 2018.

MOURA. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20. n. 63, p. 1057-1080, out. - dez. 2015.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, Natal, Ano 23, v. 2, p. 4-30. 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 09 mai. 2017.

GARIGLIO, J.A.; BURNIER, S. L. Os professores da educação profissional: saberes e práticas. **Cadernos de pesquisa** da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 44, n. 154, p. 934-959, out.-dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v44n154/1980-5314-cp-44-154-00934.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.

TEODORO, E.G; SANTOS, R.L. Trabalho como princípio educativo na educação profissional. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 11, n. 1, p. 151-162, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/ojs/RCH/article/view/3896/Trabalho%20como%20Princ%C3%ADpio%20Educativo%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Profissional>. Acesso em: 18 nov. 2017.



O trabalho Nivelamento Conceitual em EPT para docentes da Rede Estadual de Educação Profissional de Minas Gerais: uma proposta de capacitação docente, de Daniela Ferreira de Souza e Edivânia Maria Gourete Duarte está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Copie este código para que os visitantes saibam!

```
<a rel="license"
href="http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/"><img alt="Licença Creative Commons" style="border-width:0"
src="https://i.creativecommons.org/l/by-
```

☒ Ícone
Normal

☐ Ícone
Compacto